



PREFEITURA MUNICIPAL
MEDIANEIRA
Tempo de Realizar

Prefeitura Municipal de Medianeira – Paraná

Avenida José Callegari, nº 647 – Ipê

Fone: (45) 3264-8600

www.medianeira.pr.gov.br

MEMORIAL DESCRITIVO

REVITALIZAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL

MEDIANEIRA - PR
2024

SUMÁRIO

A – GENERALIDADES.....	1
A.1 – Objetivos	1
A.2 – Modificações no Projeto.....	1
A.3 – Análise do Projeto e Responsabilidades.....	1
A.4 – Casos Omissos.....	2
A.5 – Prevenção de Acidentes, Incêndios e Manutenção Preditiva	2
A.6 – Critério de Similaridade	2
B – INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA OBRA	2
B.1 – Despesas Gerais e de Administração da Obra	2
B.2 – Benefícios e Despesas Indiretas (BDI).....	3
B.3 – Segurança da Obra.....	3
B.4 – Limpeza da Obra	3
B.5 – Alojamento Provisório e Depósito de Materiais e Ferramentas	3
1. SERVIÇOS PRELIMINARES	4
2. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	4
3. PISOS E CALÇADAS	4
4. ESCADA DE ACESSO DOS FUNCIONÁRIOS	5
5. IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES	6
6. PINTURA.....	7
7. ADEQUAÇÃO ACESSIBILIDADE INTERNA.....	8
8. SERVIÇOS COMPLEMENTARES.....	9

A – GENERALIDADES

A obra em questão trata-se da revitalização do Paço Municipal José Della Pasqua, situado na Avenida José Callegari, 647, Bairro Ipê, no município de Medianeira, estado do Paraná. A execução deverá obedecer às condições e prazos do cronograma físico-financeiro, não seguindo necessariamente a sequência da planilha orçamentária.

As composições com base SINAPI podem ser consultadas no site www.caixa.gov.br, nas quais constam, em detalhes, todos os itens, materiais e o nível de qualidade de cada componente. O nível de aceitação dos materiais aplicados, técnicas construtivas, consumos, entre outras especificidades ficam atrelados diretamente ao conteúdo das composições de custo e a boa prática de obra.

A.1 – Objetivos

Este documento tem por objetivo estabelecer normas e fornecer as instruções, informações e especificações técnicas necessárias à contratação de empresa especializada para executar as obras de revitalização do Paço Municipal José Della Pasqua, localizado no município de Medianeira, estado do Paraná.

A obra deverá ser executada de acordo com o estabelecido neste memorial, nos projetos e nos quantitativos especificados em planilha orçamentária, salvo alterações estritamente necessárias à adequação e ao bom funcionamento da edificação, devidamente aprovados pela CONTRATANTE.

Todos os materiais a serem empregados nas obras deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações prescritas pelo presente memorial. Os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios de boas práticas, devendo atender rigorosamente às Normas técnicas Brasileiras e as posturas federais, estaduais e municipais. Por se tratar de instituição que recebe pessoas em condições especiais, deve ser dada especial atenção as questões de acessibilidade.

A.2 – Modificações no Projeto

Quaisquer modificações nos projetos, nas técnicas descritas neste memorial e nas especificações dos materiais deverão ser previamente comunicadas a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Medianeira a fim de serem analisadas e por fim liberadas para execução.

A.3 – Análise do Projeto e Responsabilidades

Serão fornecidos os projetos completos à empresa CONTRADADA, a quem caberá a total responsabilidade pela execução e aplicação das técnicas adequadas de construção. À construtora caberá também a obrigatoriedade de examinar, profunda e cuidadosamente, todas as peças gráficas e descritivas, apontando, por escrito e com a devida antecedência, antes da aquisição de materiais e equipamentos ou do início dos trabalhos, as partes não suficientemente claras, divergentes ou imprecisas.

Qualquer obra, de qualquer natureza, deverá ser cercada de toda segurança e garantia. Nenhum trabalho deverá ser iniciado sem a devida análise preliminar das condições do solo, das construções vizinhas e da própria área na qual será implantado o empreendimento.

Divergências entre projetos, entre especificações, memoriais e demais peças gráficas e descritivas deverão ser comunicadas ao responsável técnico pelos projetos, por escrito e com a necessária antecedência, para efeito de interpretação ou compatibilização.

A.4 – Casos Omissos

Os casos omissos, dúbios ou carentes de complementação deverão ser comunicados à Fiscalização e solucionados, em comum acordo, com o autor do projeto arquitetônico e com os profissionais responsáveis pela elaboração dos demais projetos de engenharia.

A.5 – Prevenção de Acidentes, Incêndios e Manutenção Preditiva

Deverão ser observados todos os requisitos, exigências e recomendações para a prevenção de acidentes, incêndios e contaminação, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Ministério do Trabalho, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), do Instituto Brasileiro de Segurança, do Corpo de Bombeiros e demais normas sobre segurança e saúde no trabalho na indústria da construção, tanto em relação à fase de execução, como na futura utilização dos ambientes.

A.6 – Critério de Similaridade

Todo material empregado na execução dos serviços será de primeira qualidade, sendo rejeitados aqueles que não se enquadrem nas especificações fornecidas. Serão aceitos materiais similares aos especificados, desde que consultada previamente a FISCALIZAÇÃO a respeito de sua utilização. O Construtor obriga-se, no entanto, a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatórios ou ensaios experimentais, que atestem as mesmas características e especificações.

B – INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA OBRA

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todas as despesas relacionadas a mobilização e desmobilização da obra, bem como à guarda, em local seguro, dos materiais e equipamentos inerentes aos serviços a serem executados, tais como: andaimes, balancins, equipamentos, ferramentas, entre outros. Caberá também à Construtora, total responsabilidade sobre seu pessoal, a quem deverá ser disponibilizado alojamento, eventuais cantinas, uniformes, equipamentos de proteção individual em bom estado, entre outros encargos complementares.

B.1 – Despesas Gerais e de Administração da Obra

Correrão igualmente por conta da CONTRATADA outras despesas que incidem indiretamente sobre o custo das obras, tais como:

B.1.1 – Administração local de obra (engenheiro, auxiliares, mestre de obras, encarregados, apontadores e almoxarifes).

B.1.2 – Vigias, guincheiros e serventes para arrumação e limpeza corrente da obra.

B.1.3 – Transportes internos e externos.

B.1.4 – Seguro contra incêndio e seguro de responsabilidade civil, extintores provisórios e equipamentos de proteção individual e coletiva.

B.1.5 – Medicamentos de urgência, materiais de consumo e ensaios diversos.

B.1.6 – Qualquer despesa indireta e de responsabilidade da CONTRATADA não contemplada ou relacionada nos itens anteriores.

B.2 – Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)

Todas as despesas mencionadas no item B.1, bem como outras que, a critério da CONTRATADA, possam incidir indiretamente no custo da obra, serão incluídas na taxa percentual do BDI, que será acrescida aos preços unitários de cada serviço.

B.3 – Segurança da Obra

Caberá a empresa CONTRATADA a responsabilidade sobre a guarda e segurança de materiais e equipamentos, a qual se responsabilizará por quaisquer furtos, desvios ou danos decorrentes de negligência ou evento fortuito durante a execução das obras.

B.4 – Limpeza da Obra

A CONTRATADA procederá periodicamente à limpeza da obra, devendo depositar o entulho resultante em caçambas e garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção. Em hipótese alguma os materiais e equipamentos poderão ser instalados, utilizados ou depositados em local fora do ambiente da obra, ou seja, do lado de fora do terreno.

Conforme Resolução 003/2023 do COMAM (Conselho Municipal de Meio Ambiente de Medianeira), que dispõe sobre os procedimentos relativos à aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRCC), poderá ser solicitado a elaboração do PGRCC e/ou demais documentações e/ou taxas pertinentes a cada caso, ficando seu completo atendimento por responsabilidade da CONTRATADA.

B.5 – Alojamento Provisório e Depósito de Materiais e Ferramentas

A execução e disposição do abrigo provisório deverão atender ao contido na NR 18 – Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção, norma regulamentadora que estabelece diretrizes para implementação de medidas administrativas, de planejamento e de organização de canteiros de obras, em particular no que se refere às áreas de vivência.

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

- 1.1. A placa de obra deverá ser confeccionada conforme padrão do município de Medianeira, devendo possuir dimensões de 1,20 x 2,40 m, conforme orientações da FISCALIZAÇÃO.
- 1.2. Antes do início do serviço de pintura, deverão ser previstas medidas preventivas com vistas à execução segura do serviço, tais como o uso de sistema de proteção individual contra quedas, ferramentas com amarração que impeçam quedas acidentais, além da adoção de isolamento e sinalização da área abaixo do local de intervenção durante a execução completa dos serviços.

2. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

- 2.1. As remoções indicadas em projeto deverão correr por conta da CONTRADADA, que deverá dar destinação adequada aos entulhos gerados por esta operação, conforme legislação vigente, inclusive no que diz respeito ao PGRCC.
- 2.2. Quaisquer danos às estruturas existentes, causados por imprudência, imperícia ou negligência na execução dos serviços, deverão ser reparados e devolvidos ao seu estado de origem por conta exclusiva da CONTRADADA.

3. PISOS E CALÇADAS

- 3.1. Antes do início dos serviços de concretagem das calçadas, deverá ser executada a compactação mecânica do terreno por meio de compactador de solos a percussão, garantindo assim que a base esteja apta para receber o contrapiso.
- 3.2. A aplicação do lastro de brita graduada deverá ter espessura mínima de 5 cm, devendo ser realizado um espalhamento uniforme por toda área de piso delimitada em projeto, tanto para as áreas em torno do edifício principal quanto na rampa de acesso, adequadamente compactado.
- 3.3. O piso será de concreto usinado com aditivo impermeabilizante, devendo possuir resistência mínima à compressão (Fck) de 20 MPa e espessura mínima de 7 cm.
- 3.4. O piso cimentado deverá ser desempenado manualmente ou mecanicamente, devendo apresentar superfície perfeitamente plana, sem ondulações, fissurações, ou qualquer outra patologia que venha a prejudicar a sua resistência e o bom desempenho das camadas posteriores.
- 3.5. O acabamento do piso confeccionado no perímetro do edifício deverá ser executado com efeito de cimento queimado, devendo apresentar durabilidade e aspecto adequado à boa prática de obra.

- 3.6. A confecção do piso da rampa deverá ser realizada em concreto estampado, devendo possuir acabamento com juntas que imitam o piso intertravado de concreto (paver). Os moldes deverão ser aplicados com a mesma disposição e dimensões dos pavers existentes, de forma que o piso da rampa não fique descaracterizado em relação aos pisos adjacentes.
- 3.7. Deverá ser previsto piso podotátil em toda extensão da rampa, assentado com argamassa ACIII, seguindo as dimensões e o padrão de cor atualmente existente.

4. ESCADA DE ACESSO DOS FUNCIONÁRIOS

- 4.1. A fundação da escada será confeccionada em concreto armado estrutural com resistência característica à compressão (F_{ck}) de 25 MPa. Essa estrutura será constituída por quatro estacas escavadas manualmente, com diâmetro de 25 cm e profundidade de 2,00 m, sobre as quais deverão ser construídos blocos com dimensões de (40 x 40 x 40) cm. A locação dos blocos deverá ser realizada em cota acima do piso acabado, devendo distar 50 mm do nível da calçada.
- 4.2. As estacas deverão ser armadas em todo o seu comprimento, devendo ser empregadas 5 barras de aço com diâmetro de 8 mm e estribos circulares, com diâmetro de 5 mm espaçados a cada 20 cm. A armadura dos blocos deverá ser confeccionada em forma de gaiola, devendo ser utilizados estribos com diâmetro de 6,3 mm, espaçados a cada 10 cm. A execução das referidas estruturas deverá obedecer aos cobrimentos mínimos e demais especificações contidas na ABNT NBR 6118:2023 e alterações posteriores.
- 4.3. A estrutura da escada deverá ser fabricada com perfis de aço galvanizado, a partir das dimensões especificadas em projeto. A espessura da chapa dos perfis deverá satisfazer as condições de segurança e de serviço, devendo ser dimensionada e verificada para atender as solicitações de projeto.
- 4.4. A conexão dos perfis à base de apoio deverá ser realizada com o uso de chapas metálicas de (200 x 300 x 9,53) mm, as quais serão fixadas na fundação por meio de 4 (quatro) chumbadores de 15,88 mm de diâmetro, posicionados antes da concretagem.
- 4.5. A viga e os pilares de apoio da escada deverão ser confeccionados com perfis tubulares de (150 x 150 x 3,75) mm. Já as vigas laterais da estrutura serão fabricadas com perfis Ue (U enrijecido) com dimensões de (225 x 85 x 25 x 3,75) mm, de acordo com as especificações de projeto.
- 4.6. Os degraus e o patamar da escada deverão ser fabricados com chapas xadrez de 6,3 mm de espessura, apresentando bocel de 3 cm e demais dimensões conforme projeto.
- 4.7. O tratamento da estrutura deverá ser realizado com o lixamento e microjateamento com produtos fosfatizantes. Após essa etapa, os perfis deverão receber fundo e pintura de acabamento pulverizada com esmalte sintético na cor grafite.

- 4.8. O guarda-corpo deverá ser fabricado em aço inoxidável 304, com altura mínima de 1,10 metros, no mesmo padrão atualmente existente na rampa de acesso, devendo ser empregados tubos com diâmetro de 38,10 mm e espessura de 1,50 mm para estrutura principal, bem como tubos com diâmetro de 19,05 mm e espessura de 1,20 mm para estrutura secundária.
- 4.9. Os corrimãos deverão ser confeccionados em aço inoxidável 304 com duas alturas (0,70 e 0,92 m), devendo ser fabricados com tubos de 38,10 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura, conforme o padrão existente e especificações de projeto.

5. IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES

- 5.1. Deverá ser realizada a remoção completa das camadas de impermeabilização/acabamento existentes em todas as superfícies de lajes/marquises da edificação principal do paço municipal.
- 5.2. Após a completa remoção, deverá ser realizado o tratamento de ralos e pontos emergentes com argamassa polimérica/membrana acrílica reforçada com tela de poliéster (MAV), de modo a se evitar qualquer problema de infiltração por estes pontos.
- 5.3. Os ralos existentes devem ser todos removidos e substituídos por novos ralos em PVC, adequadamente instalados.
- 5.4. Deve então ser executada impermeabilização das superfícies com manta asfáltica, em uma camada, com aplicação de primer asfáltico. O serviço completo de execução da impermeabilização deve seguir todas as normativas e procedimentos padrões definidos para o serviço em questão.
- 5.5. Deve-se atentar para a execução de sobreposição mínima de 10 cm nas juntas entre as mantas e de avanço mínimo de 10 cm nas junções com as superfícies verticais.
- 5.6. Após a aplicação em toda a área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente.
- 5.7. Após o teste de estanqueidade, sobre a impermeabilização seca, colocar o filme de filme de polietileno como camada separadora entre a camada impermeável e a de proteção mecânica a ser aplicada.
- 5.8. Dividir a área em quadros de dimensão máxima 5x5 m, para evitar fissuras de retração.
- 5.9. Lançar e adensar a argamassa sobre a camada separadora, formando uma camada de 3 cm de espessura.
- 5.10. Sarrafear e desempenar a camada de argamassa, dando acabamento final adequada às superfícies.



6. PINTURA

- 6.1. A pintura deverá ser executada por profissionais devidamente qualificados, com cursos e treinamentos específicos para trabalhos em altura. A proporção entre os componentes, intervalo entre demãos, entre outros fatores inerentes ao serviço, deverão respeitar rigorosamente as recomendações do fabricante e as normas técnicas vigentes.
- 6.2. Antes do início dos serviços de pintura, o substrato deverá estar limpo, seco, livre de impurezas e, onde for necessário, devidamente lixado e preparado para receber a tinta.
- 6.3. Deverão ser adotadas as precauções necessárias a fim de evitar respingos e manchas de tinta em elementos da edificação, tais como vidros, ferragens, pisos, revestimentos, granitos, entre outros componentes.
- 6.4. As pinturas que apresentarem patologias, tais como desbotamento, fissuras, bolhas, bolor, escorrimento ou manchas deverão ser removidas totalmente para posterior aplicação de nova camada de tinta. O resultado final do acabamento ficará condicionado a aprovação da FISCALIZAÇÃO que poderá solicitar reaplicação da pintura.
- 6.5. Deve ser removida a pintura existente de todas as áreas do edifício principal em que a pintura existente é na cor branca, através de lixamento.
- 6.6. A preparação do substrato dos locais onde será removida a pintura, além de demais locais que se fizerem necessários, deverá ser realizada com a aplicação de fundo selador acrílico, preparado com resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno, de modo a uniformizar a absorção e selar as superfícies antes do recebimento da pintura.
- 6.7. A aplicação de massa acrílica em paredes e tetos externos (nos locais onde atualmente a pintura é na cor branca) deverá ser realizada com uma única demão, dando especial atenção a condição do substrato, que deverá estar livre de óleos e graxas, poeira, umidade e quaisquer outras impurezas.
- 6.8. Deverá ser realizado o lixamento manual ou mecânico após a secagem da massa, devendo se obter uma superfície plana, nivelada, lisa e preparada para pintura.
- 6.9. Todas as paredes e estruturas externas deverão receber pintura com tinta látex acrílica de primeira linha (Premium), mediante preparo prévio e limpeza. A aplicação se dará em no mínimo duas demãos, com as mesmas cores e tonalidades atualmente existentes.
- 6.10. Em locais internos a serem apontados pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser executado reparo da pintura existente, através de emassamento com massa látex e posterior pintura látex acrílica premium.



- 6.11. O portão da garagem das autoridades deverá ser totalmente lixado e receber pintura de acabamento com pintura em esmalte sintético acetinado, devendo ser utilizada cor e tonalidade idênticas às atuais. Essa operação será realizada com técnicas consolidadas, de modo a garantir uma adequada aderência, resistência e durabilidade.
- 6.12. As paredes da rampa de acesso deverão ter a pintura existente completamente removida através de lixamento. Após o lixamento completo, dever ser executada impermeabilização das superfícies com membrana à base de resina acrílica, em 3 demãos, para completa impermeabilização anteriormente à execução de nova pintura.
- 6.13. A preparação do substrato das superfícies onde será removida a pintura deverá ser realizada com a aplicação de fundo selador acrílico, de modo a uniformizar a absorção e selar as superfícies antes do recebimento da pintura.
- 6.14. Deverá ser aplicada textura acrílica nas superfícies de paredes da rampa de acesso que tiveram a pintura removida. Após a aplicação e adequada secagem de textura, deverá ser aplicada pintura com tinta látex acrílica premium, em no mínimo duas demãos, com as mesmas cores e tonalidades atualmente existentes.
- 6.15. Os abrigos de gás, cisternas e eletricidade nos fundos da edificação principal devem receber nova pintura em tinta acrílica premium, sobre pintura existente, em todas as superfícies de paredes e piso, conforme cores e tonalidades existentes.

7. ADEQUAÇÃO ACESSIBILIDADE INTERNA

- 7.1. Deverá ser instalado corrimão simples em aço inox, em altura complementar a existente, em toda a escadaria interna da edificação do paço municipal. O corrimão a ser instalado deve seguir o modelo existente, devendo ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO antes mesmo de ser instalado.
- 7.2. Deverão ser instalados pisos táteis direcionais e de alerta em todo o paço municipal, conforme Projeto em anexo, em todas as áreas de circulação da edificação.
- 7.3. Os pisos táteis a serem instalados devem ser de borracha, em elementos soltos individuais a serem fixados no piso com uso de adesivo de contato, seguindo modelo existente no prédio. Qualquer dúvida na execução do serviço deve-se contatar a FISCALIZAÇÃO.
- 7.4. Em todos os corrimões da escadaria interna da edificação deverão ser instaladas placas de alumínio em braille, no início e no final de cada lance de corrimão, para identificação do andar em que o usuário se encontra.



8. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

- 8.1. Será de responsabilidade da empresa a retirada de toda sobra de material e limpeza do local de trabalho. Os serviços de limpeza geral deverão ser executados **SEMANALMENTE** com todo cuidado a fim de não se danificar os elementos da construção.
- 8.2. A limpeza final deverá contemplar as áreas de intervenção, tais como pisos, vidros, esquadrias e áreas externas, devendo ser utilizados materiais de limpeza adequados a sua finalidade para que não ocorram danos e comprometimento de acabamentos e componentes construtivos.
- 8.3. Atenção especial deve ser dada à limpeza externa de todas as áreas de vidro do edifício principal, que devem ser entregues adequadamente limpos.
- 8.4. Ao término da obra será procedida uma rigorosa verificação final do funcionamento e condições de acabamento dos diversos elementos que a compõem, cabendo ao construtor refazer ou recuperar os danos verificados.

Medianeira, 29 de janeiro de 2024.

Guilherme Schaurich
Engenheiro Civil
CREA/SC 191628-0/D